

Derrotar Bolsonaro e o bolsonarismo nas ruas e nas urnas!

Esta edição do *Fique por Dentro* chega às suas mãos em momento crucial de nossa história recente. Primeiramente porque os textos aqui reunidos são denúncia direta ou indireta contra o pior governo que já tivemos, cujo projeto de tratorar a classe trabalhadora está em curso por meio do aligeiramento da instalação de um Estado ultraliberal, desmontando os serviços públicos e aprofundando a fome, o desemprego, o racismo, o machismo, a LGBTQIAP+fobia, o extermínio dos povos originários e a degradação do meio ambiente.

O momento também é crucial porque nosso povo jamais conheceu redentores que tomassem a tarefa que nos cabe como classe: a luta por emancipação, contra todas as formas de opressão, que têm como matriz o modo de produção capitalista.

Nesse sentido, a luta pela universidade popular é aqui traduzida em nosso posicionamento intransigente contra a tentativa de implantação de formas não presenciais de ensino por meio do Reuni Digital e nossa reivindicação de recomposição imediata do orçamento das universidades e investimento.

A categoria docente na Ufes vive também o desafio de deter a tentativa de aprovação de uma normativa (a alteração da Resolução 60/92-Cepe referente ao cômputo de carga horária) que se alinha à lógica ultraliberal de Bolsonaro – austeridade para com trabalhadoras/es, expressa na invisibilização, intensificação e ampliação da superexploração do trabalho docente. Derrotar Bolsonaro nas ruas e nas urnas é tarefa prioritária entre as muitas que a luta de classes reclama.

*Diretoria da Adufes
Gestão Autonomia e AfirmAção
Biênio 2021-2023*



PÁGS 4 e 5

Mudanças propostas para a Resolução 60/1992 reduzem planejamento docente e inviabilizam pesquisa e extensão na Ufes

Propostas de alterações na resolução Cepe 60/1992 da Ufes, formuladas pela Comissão de Política Docente do Cepe (CPD), promoveriam, caso aprovadas, a redução do fator para carga horária docente de planejamento didático de 2,5 para 2, a obrigatoriedade de diretores de centro assumirem encargos didáticos, e o impedimento à categoria de atuar na direção do sindicato com liberação de carga horária didática, entre outros retrocessos que inviabilizariam o trabalho docente de planejamento, formação, pesquisa e extensão e reforçariam uma concepção “auleira” de universidade.

PÁG 2

Cortes do Governo Bolsonaro colocam em risco o funcionamento da Ufes e o atendimento às/ aos estudantes

PÁG 3

Rechaço total ao Reuni Digital, que promoverá um “liberal” para a EaD na Ufes e a substituição de professores por tutores

PÁG 6

Resolução 60/1992 atual esconde que professoras/es trabalham quase o dobro da carga horária de 40 horas semanais

PÁG 8



Foto: Zanete Dadalto

Adufes promove atividades culturais relacionadas às lutas da classe trabalhadora

Cortes do Governo Bolsonaro colocam em risco o funcionamento da Ufes e o atendimento às/aos estudantes

A Reitoria informou que, comparado a 2015, hoje a Universidade trabalha com a metade dos recursos

O Governo Bolsonaro anunciou cortes da ordem de 14,5% dos recursos destinados à Ufes. Posteriormente, esse número foi reduzido para a metade. Mesmo assim, os cortes contínuos ano após ano causam grande impacto no funcionamento da Universidade em todas as áreas, ameaçando no médio prazo as políticas de permanência das/os estudantes que já são insuficientes e defasadas.

A medida alcançou a cifra de R\$ 17.908.387,00, dos quais R\$ 11,2 milhões se referem a custeio (manutenção e funcionamento da Universidade) e R\$ 6,6 milhões a capital (investimentos em obras e equipamentos). Em reunião com a diretoria da Adufes, em junho deste ano, a Reitoria informou que, comparado a 2015, hoje a Universidade trabalha com a metade dos recursos. Além disso, a inflação está em alta e isso tem impactado os reajustes dos contratos firmados com empresas terceirizadas para serviços, incluindo limpeza, manutenção da rede elétrica, e o Restaurante Universitário (RU), onde marmitas azedas e com larvas chegaram a ser servidas às/aos estudantes em maio deste ano.



RU e Assistência Estudantil

Diante deste cenário, a Administração Central se esforça para garantir auxílios da Assistência Estudantil e o funcionamento do Restaurante Universitário até o final de 2022. O diretor da Adufes, Edson Pereira Cardoso, explica que as pretensões para investimento na área de laboratório, de biblioteca e de todos os gastos estão sendo comprometidas desde 2015.

“Há uma naturalização das condições. Estamos sobrevivendo. E existe um dado de subordinação das reitorias que se enxergam como submetidas ao MEC e abrem mão de sua autonomia. As universidades não são subordinadas ao MEC. A Ufes deveria se posicionar. Elegemos nossos dirigentes nas

Cortes de verbas na Ufes foram alvo de manifestação no dia 9 de Junho, o #9J

universidades. No governo Bolsonaro muitos não assumiram, e isso piora a situação. Uma Ufes sob intervenção é frágil para fazer enfrentamento”, disse.

Edson acrescenta que a informação é sempre de que a situação está ruim, mas que a Universidade vai sobreviver. “Mas o RU está sucateado, e as bolsas estão defasadas, o que tem provocado uma evasão de estudantes da iniciação científica e da extensão. Em 2022, o déficit da Ufes vai ser de R\$ 3 milhões” destacou, lembrando que cabe à Administração Central brigar por verbas e vagas para docentes.

Filiação da Adufes à Central CSP Conlutas em pauta

O ANDES-SN realizará, nos dias 12 e 13 de novembro, o 14º Conad Extraordinário na Universidade de Brasília (UnB). Com o tema, “CSP-Conlutas: balanço sobre atuação nos últimos dez anos, sua relevância na luta de classes e a permanência ou desfiliação da Central”, este Conad extraordinário é uma resolução aprovada no 40º Congresso do Sindicato Nacional, realizado em março deste ano.

Localmente, a Adufes faz a discussão em articulação com o Grupo de Trabalho

de Política de Formação Sindical (GTPFS), com mesa de debate agendada para o dia 29 de setembro, à noite, na sede, em Goiabeiras. A ex-presidenta do Andes, Eblin Farage (UFF) e Hélio Alexandre Mariano (Universidade Estadual do Centro-Oeste – Unicentro) são convidados para o evento.

O Conad extraordinário vai aprofundar o debate sobre o tema, mas a deliberação sobre permanência ou desvinculação da CSP-Conlutas acontecerá somente no 41º Congresso do Andes, no ano que vem.



ALERTA DE GOLPE!

Atenção, professoras e professores! Os golpistas que estão usando o nome da Adufes persistem com as investidas. **A Adufes informa que não solicita nenhuma transferência de valores financeiros.**

Os golpistas têm utilizado o WhatsApp para aplicar os golpes, e usam um perfil fake, se passando pela Adufes. Eles utilizam a marca do sindicato como foto do perfil e as mensagens são sobre um suposto pagamento de precatórios. Fiquem atentas/os!

Rechaço total ao Reuni Digital, que promoverá um “libera geral” para a EaD na Ufes e a substituição de professores por tutores

Plano de Expansão do MEC favorece o rompimento do vínculo entre o que é pesquisado e o que é ensinado, assim como a articulação com as demandas da comunidade externa

O governo Bolsonaro, em mais uma investida contra a Educação, pretende lançar o Reuni Digital, programa que tem como objetivo expandir vagas via Ensino a Distância (EaD) e criar uma Universidade Federal Digital. A intenção é adotar o modelo das faculdades particulares nas federais, beneficiando grandes grupos empresariais, que pretendem abocanhar recursos públicos oferecendo em troca uma formação restrita ao ensino e de péssima qualidade.

Muito antes da pandemia, o governo Bolsonaro promoveu um gigantesco corte no orçamento das universidades, institutos federais e Cefet's e publicou a Portaria nº 2.117/2019, que alterou de 20% para 40% a possibilidade de carga horária de EaD em cursos presenciais de graduação.

De acordo com a professora Priscila Monteiro Chaves, do Centro de Educação da Ufes, o Reuni Digital prevê que parte considerável da atividade docente seja realizada por tutores e funções assemelhadas, e de forma remota, intensificando e precarizando ainda mais o trabalho docente. “Este profissional, muito provavelmente, não desenvolverá pesquisas e não precisará ser doutor. O Plano de Expansão do MEC dificultará ainda mais a possibilidade de desenvolvimento de grupos de pesquisa,



Proposta precariza o trabalho e sobrecarrega ainda mais as/os professoras/es.

além de favorecer o rompimento do vínculo estreito entre o que pesquisamos, o que ensinamos e como articulamos isso às demandas da comunidade externa”.

Força de trabalho barateada

A professora aposentada do Programa de Pós-graduação em Educação da Universidade Federal de Santa Catarina (PPGE/UFSC) Olinda Evangelista acrescenta que, apesar da proposta não declarar que será extinta a carreira docente, ela apresenta como um dos objetivos centrais a “valori-

zação dos recursos humanos da EaD”, com ações e metas que objetivam a contratação e qualificação de tutores ou profissionais docentes que assumam função similar.

“Outra via de aproveitamento da força de trabalho barateada do professor será por meio dos estágios de docência, que podem ser regulamentados para atividades nos cursos à distância. E vale lembrar que entre os marcos regulatórios, administrativos, e conceituais para o Reuni Digital, está a revogação do Decreto n.º 9.057 de 2017, que instituiu a EaD como modalidade de educação. Isso significaria que, sem a distinção entre o que é EaD e educação presencial, todos, em princípio, estaremos ‘aptos’ a realizar nossa atividade docente via plataformas digitais”.

As professoras Priscila e Olinda, que também são integrantes do Grupo de Investigação sobre Política Educacional (GIPE-MARX), defendem uma educação presencial, bandeira também do Andes-SN, considerando que é na interação humana que se aprende, por diferentes abordagens e por meio dos muitos sentidos. “É na construção de espaços coletivos que aquilo que ensinamos e aprendemos faz sentido. As relações são fundamentais para que o processo ensino-aprendizagem ocorra”, disse Priscila.

Grupos privados querem avançar sobre os orçamentos das universidades públicas

O pesquisador da Faculdade de Educação da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp) Allan Kenji Seki enfatiza que as entidades representativas do ensino superior privado deixam às claras que um dos principais obstáculos para sua expansão é o reconhecimento, pela maioria das/os brasileiras/os, de que as instituições públicas oferecem formação e experiência educacionais mais sólidas.

“Elas querem rebaixar as características das universidades públicas. Além disso, ao desenvolver sistemas e plataformas de ensino e legitimar a EaD para o modelo de universidade brasileira, as instituições públicas corroboram e colaboram com os interesses dos capitais de ensino que estão empenhados em expandir um ensino que demande baixo investimento, buscando em breve lucrar ainda mais por meio da ampliação do Fundo de Financiamento Estudantil (FIES) para a EaD”, explicou.

Mudanças propostas para a Resolução docente e inviabilizam pe

Adufes defende a construção coletiva da luta por mais vagas docentes e preenchimento por meio da realização de concursos

As propostas de alterações na resolução Cepe 60/1992 da Ufes, formuladas pela Comissão de Política Docente do Cepe (CPD), promoveriam, caso aprovadas, a redução do fator para carga horária docente de planejamento didático de 2,5 para 2, a obrigatoriedade de diretores de centro assumirem encargos didáticos e o impedimento à categoria de atuar na direção do sindicato com liberação de carga horária didática. Esses e outros retrocessos inviabilizariam o trabalho docente de planejamento, formação, pesquisa e extensão e reforçariam uma concepção “auleira” de universidade.

A Adufes defende que o caminho para enfrentar um cenário no qual a contratação de docentes é cada vez mais difícil é construir coletivamente a luta para reivindicar a realização de concursos públicos para novos docentes. Alterar as próprias normas para se adaptar de modo autofágico não é razoável. É importante lembrar que a Ufes possui discricionariedade, dada pela autonomia univer-

sitária, e poderia caminhar em outra direção.

O professor do Centro de Ciências Humanas e Naturais (CCHN) Vitor Cei lembra que “parece ser um consenso que as novas propostas pioram a situação, especialmente no caso das funções de gestão na Adufes e nas direções de centro. No meu caso, haveria uma ‘redução oficial’ de 76 para 74 horas semanais. Não faz diferença. Não faz sentido. Eu reivindico uma compatibilidade entre a jornada de trabalho e a carga-horária contratual das/os trabalhadoras/es, liberando as/os profissionais dos encargos excedentes e transferindo para novos servidores contratados via concurso público”.

Plenárias Locais

A Adufes tem se colocado à disposição dos Centros de Ensino, seja por meio de participação como convidada em encontros realizados por eles, seja promovendo plenárias próprias, para contribuir no amplo debate do tema. Esses encontros já aconteceram no



Caso aprovadas, modificações farão com que docentes façam ainda mais horas-extras sem receber nada por isso

CCHN, Centro de Artes (CAr), Centro Tecnológico (CT), Centro de Ciências Jurídicas e Econômicas (CCJE) e Centro Universitário Norte do ES (Ceunes). A Adufes divulgará em seus canais de comunicação as plenárias que forem agendadas nos outros centros.

Adufes cria GT para rebater propostas e toma outras providências contra os retrocessos

A categoria docente aprovou em assembleia geral, no dia 4 de agosto, a constituição de um Grupo de Trabalho (GT) que vai tratar das propostas de mudanças na Resolução 60/1992, trabalhando em articulação com o GT Carreira e a Comissão Local de Mobilização (CLM).

O novo GT produzirá um documento com respostas ponto a ponto às mudanças propostas. Para isso, será elaborado um texto preliminar com o acúmulo já existente acerca da pauta e serão promovidos seminários para que a categoria seja ouvida.

Suspensão do prazo

A Adufes também enviou Ofício à Reitoria (92/2022) reivindicando, entre outras coisas, a suspensão do prazo para debate das propostas nos Centros de Ensino, uma vez que não há estudo de impacto das mudanças sobre a carreira docente.

Foi encaminhado à Administração Central, ainda, um parecer da Assessoria Jurídica da Adufes sobre o texto em análise. Também foi solicitado à Assessoria Jurídica Nacional do Andes-SN parecer sobre a matéria.



Foto: Sérgio Cardoso

Assembleia geral aprovou criação de GT específico para analisar a Resolução 60/1992 no dia 4 de agosto

Encontro

No dia 27 de julho, a diretoria da Adufes participou de uma reunião com a Reitoria da Ufes que tratou da Resolução 60/1992. No encontro, que reuniu diversos integrantes da Administração Central, a Reitoria sinalizou que reconhece a necessidade de extensão do prazo para o debate da proposta nos Centros de Ensino.

Resolução 60/1992 reduzem planejamento pesquisa e extensão na Ufes

Núcleo vai trabalhar na perspectiva coletiva de saúde das/os docentes, refutando responsabilização individual

Foto: Sérgio Cardoso

Durante a Assembleia Geral de 4 de agosto, a categoria aprovou a constituição do Núcleo de Trabalho e Produção de Saúde, que já tem cinco docentes participantes: Beth Barros (CCHN), Rafael Gomes (CCHN), Dulcineia Rosemberg (aposentada), Edson Cardoso (diretoria Adufes) e Maria Amélia Dalvi (CE). O núcleo está aberto à participação de outras/os professoras/es interessadas/os.

A professora Beth Barros explica que será produzida uma Carta de Intenções, uma proposta ético-política a partir da pesquisa “Percepções sobre o Trabalho/Ensino Remoto e Saúde na Pandemia”, realizada por docentes integrantes da Comissão da Adufes de Acompanhamento ao Trabalho/Ensino Remoto em 2021.

“Tem muita gente adoecendo. Isso tem relação inequívoca com o modo como o trabalho se organiza. A vida é desejo e se faz por autonomia, em rede. A célula é viva porque se mantém em rede. O padrão de vida é a rede. Quando autonomia e rede se fragilizam no ambiente de trabalho, coletivos se enfraquecem. Há dificuldade para

o pensamento coletivo com uma quantidade de trabalho gigante que vai eliminando espaço para pensar e construir políticas educacionais. Isso produz adoecimento. A vida constrangida reage com adoecimento”, observou Beth.

Individualizar não resolve

Beth Barros lembra que a Gestão de Pessoas tende a levar a questão para o plano individual. “Não é isso que vai resolver. Isso é proposta de Psicologia Positiva, que é a lógica do capital para que as pessoas reclamem menos e a máquina capitalista seja azeitada. Querem dissolver os coletivos porque eles são inimigos do capitalismo. A Adufes pode provocar a conversa, resistir a essas soluções individuais. O Núcleo vem para fazer o debate dentro da Adufes, criando tentáculos para tocar na Administração Central e provocar ações”, concluiu.

A professora Beth Barros fala sobre a criação do Núcleo de Trabalho e Produção de Saúde na assembleia geral de 4 de agosto



As reivindicações da Adufes enviadas à Reitoria

- 1 - Que seja realizado um estudo dos impactos da proposta de modo a subsidiar as discussões;
- 2 - Considerando a inexistência de um estudo de impacto, que seja suspenso o prazo para a discussão, uma vez que 26 de setembro recobre férias e que a natureza da matéria requer, além do estudo de impacto, conhecimento técnico que respalde o debate político;
- 3 - Quando a proposta vier a ser discutida, a saber, após realização de estudo de impacto, que seja recomendada aos centros a realização de fóruns e seminários, envolvendo departamentos e não apenas os Conselhos Departamentais;
- 4 - Faça-se a divulgação sistemática e planejada das alterações constantes na proposta de Resolução para que a comunidade acadêmica entenda as reformulações que estão propostas;
- 5 - Realize-se reunião presencial quando o Cepe for pautar a deliberação sobre o tema;
- 6 - Seja franqueada à Adufes participação com fala nas reuniões da CPD, do conjunto de Comissões e na reunião do Cepe em que a matéria for pautada.

Resolução 60/1992 esconde que professoras/es trabalham quase o dobro da carga horária

Texto atual da Resolução também é considerado ruim pela categoria porque favorece a adoção de cargas horárias muito superiores à contratual sem a devida remuneração

A Resolução 60/1992 vigente e a proposta de atualização invisibilizam a incompatibilidade entre a jornada de trabalho e a carga-horária contratual das/os docentes da Ufes. O modo como a Universidade pratica o cômputo de carga horária invisibiliza a sobrecarga de trabalho da maioria das/os docentes da Ufes, que trabalha muito mais do que 40 horas semanais. Ocorre que, desde 1992 até os dias atuais, a Ufes cresceu e as responsabilidades aumentaram.

“A resolução atual impede que o docente com sobrecarga de trabalho seja dispensado de algumas atividades. Outro problema, que as propostas de mudanças também não resolvem, é a incoerência no registro de horas, como no caso do/a coordenador/a de curso de pós-graduação *stricto sensu*. A função exige até 30 horas semanais, devendo o docente ministrar no mínimo quatro horas-aula semanais. Somando-se essas 34 horas com as atuais 2,5 horas de planejamento por hora-aula, os coordenadores têm 44 horas semanais. Além dessas horas, há a pesquisa e orientação de alunos. Portanto, somos obrigados a fazer hora-extra sem remuneração”, explicou Vitor Cei, professor do Centro de Ciências Humanas e Naturais (CCHN).

Sobrecarga

A presidenta da Adufes, Junia Zaidan, reforça que nem a proposta de alteração feita pela Comissão de Política Docente do Cepe (CPD), nem a resolução vigente normatizam com justeza o cômputo de carga horária na universidade.

“Há problemas seríssimos que a Administração Central da Ufes precisa enfrentar em relação às condições de trabalho docente e ao próprio funcionamento da Universidade. A carga horária docente é mais alta do que autoriza a legislação e para resolver esse problema são imprescindíveis a contratação de pessoal e a construção coletiva de política institucional para o cômputo. Se por um lado não está sendo possível fazer concurso público, por outro lado não podem tentar maquiagem o problema sobrecarregando a categoria docente”, disse.

Mestrados e doutorados em risco

O professor Vitor Cei lembra que docentes que atuam com ensino, pesquisa e extensão na graduação e na pós-graduação trabalham mais de 40 horas semanais. Se docentes optarem por se descredenciar dos programas de pós-graduação para reduzir a carga horária, cursos de mestrado e



Fotos: Sérgio Cardoso

A presidenta da Adufes, Junia Zaidan, preside a mesa da assembleia geral do dia 4 de agosto em que a Resolução 60/1992 estava na pauta; e o professor Vitor Cei fala sobre os problemas da normativa

doutorado estarão em risco. E Junia Zaidan completa dizendo que “não podemos abrir mão de conquista a duras penas do direito que temos ao ensino, pesquisa e extensão”.

Ministério Público é acionado contra ataques LGBTQIAP+fóbicos na Adufes

A Assessoria Jurídica da Adufes acionou o Ministério Público Estadual (MPES) com uma denúncia sobre os ataques LGBTQIAP+fóbicos ocorridos na madrugada do dia 28 de junho (Dia Internacional do Orgulho LGBTQIAP+) na sede da Adufes. Há imagens de videomonitoramento da ação criminosa e o sindicato está em processo de apuração para responsabilizar os responsáveis.

Bandeiras do movimento LGBTQIAP+, que estavam decorando a área externa do prédio, foram roubadas e rasgadas. Além disso, foram deixados dois bilhetes com conteúdo homofóbico colados no vidro da porta.



Foto: Anderson Cacilhas

A comunidade LGBTQIAP+, aliadas/os e representantes de diversas entidades no ato em repúdio ao ataque, na sede da Adufes

Nova diretoria da Adufes toma posse para mandato até 2023

Cerimônia contou com presença expressiva da base, assim como de entidades e autoridades

Foto: Sérgio Cardoso



A nova diretoria da Adufes e o Conselho de Representantes tomaram posse no dia 7 de abril de 2022. A cerimônia contou com presença expressiva da base, assim como de entidades e autoridades. A diretoria “Autonomia & Afirmação” foi empossada para o mandato complementar para o Biênio 2021-2023.

Em seu discurso de posse, a agora presidenta da Adufes, Junia Zaidan, ressaltou que nenhuma vitória para a classe trabalhadora foi conquistada sem sindicato, sem mobilização e sem luta. “Temos que

afirmar as ruas, a mobilização das trabalhadoras e trabalhadores, e sempre que necessário, a interrupção do trabalho, que historicamente, nos legaram os avanços e conquistas de que hoje nós usufruímos”, destacou Junia Zaidan na ocasião.

Ao passar a gestão para Junia, Ana Carolina Galvão, presidenta da gestão “Propositiva e Plural”, ressaltou como pontos principais a autonomia, a transparência e as respostas aos desafios políticos do presente, bem como a recuperação da relação do sindicato com a base.

Nova diretoria da Adufes durante a cerimônia de posse

Além da presidenta, Junia Zaidan, a nova gestão da Adufes é composta pelos seguintes nomes: Jacyara Paiva (CE), vice-presidenta; Aline Bregonci (CCA), secretária-geral; Ana Cláudia Meira (CCA), primeira secretária; Edson Cardoso, tesoureiro geral; Alexandre Cunha (CCS), primeiro tesoureiro; Luciano Vidon (CCHN), primeiro suplente; Ana Heckert (CCHN), segunda suplente; Rafael Teixeira (CCJE), terceiro suplente; e Luciana Soares (Criarte), quarta suplente.

Obras garantem acessibilidade na sede da Adufes

A Adufes realizou obras em sua sede, no campus de Goiabeiras, em Vitória, observando as normas técnicas de acessibilidade. De acordo com a secretária-geral do sindicato, Aline Bregonci, foi realizada a correção da inclinação da rampa, a construção de banheiro acessível e está em andamento o processo de instalação do elevador acessível. “Além disso, temos prezado pela contratação de tradutores/intérpretes de Libras em todos os eventos da Adufes e a nossa subsede, que será erguida em São Mateus (Ceunes), já contará com toda a acessibilidade para pessoas com deficiência”.

Adufes contrata projeto arquitetônico para a sua subsede no Ceunes, em São Mateus

Foto: Divulgação



Local onde será construído o edifício foi visitado pela diretoria e por arquitetas

A Ufes já autorizou as obras de construção da nova subsede da Adufes, que ficará no Centro Universitário Norte do Espírito Santo (Ceunes), em São Mateus. A contratação do projeto arquitetônico já foi feita e, assim que ele estiver pronto, será apreciado pelo Conselho de Representantes. Posteriormente,

o mesmo será feito com o projeto de Engenharia Civil. O prédio contará com diversos serviços semelhantes aos oferecidos na sede de Goiabeiras, em Vitória, como sala de café, minibiblioteca, sala de reuniões, recepção, e será construído observando os padrões de acessibilidade.

Adufes realiza diversos eventos artístico-culturais envolvendo a categoria, a comunidade acadêmica e o público externo



As ações ligadas à arte e cultura constituem componente imprescindível para a luta da classe trabalhadora

Foto: Zanete Dadalto



Foto: Divulgação



André Prando e Carlos Papel se apresentaram na Ufes durante o #6J

André Prando e Carlos Papel, entre outros, em defesa da Universidade

O Ocupa Campus Goiabeiras #6J, realização da Adufes e do Sintufes, aconteceu no dia 6 de julho, com foco na defesa da educação e da universidade pública, contra os cortes no orçamento, contra a proposta de cobrança de mensalidades nas instituições públicas de ensino superior, contra o Reuni Digital, entre outras pautas. No encerramento, aconteceu um show apoteótico de André Prando, na escadaria do Teatro Universitário, atraindo

muita gente de fora da Ufes.

Além dele, durante o dia, houve apresentações de música e poesia com o professor Gaspar Paz, Carlos Papel, Luiza Molulo, Gabriel Xavier, Ana Castro e Priscila Vescovi. Na hora do almoço, o Restaurante Universitário (RU) foi palco para uma tradicional quadrilha de festa junina/julina, na verdade uma “anti-quadrilha” de Bolsonaro.

Foto: Karina Moura

Riqueza e diversidade cultural com protagonismo das mulheres negras

No dia 28 de julho foi realizada a roda de conversa com o tema “Mulheres Negras: Histórias que nos Negaram”, na sede da Adufes. Além das falas de mulheres potentes de diversas áreas e segmentos, as apresentações artísticas que costuraram todo o evento emocionaram as pessoas, assumindo a arte como fazer político fundamental. A cantora Elaine Vieira e a poeta Negra Luz marcaram presença, assim como a estudante de Educação do Campo, Natália Pereira, integrante do MST/MG, com uma performance de poesia de Elisa Lucinda, e o Sarau Vozes Negras, com Ury Vieira e Jeffa Santana.

Elaine Vieira canta durante a Roda de Conversa.



Chorinho e samba para os aposentados, além de literatura, exposição e escultura na sede

A Plenária das/dos Aposentadas/os, realizada no dia 10 de agosto, contou com a apresentação do Trio Alexandre Araújo, composto por Bastian Herrera e Daniel Delvano, além do próprio Alexandre. Eles apresentaram um repertório que passou entre a Bossa Nova, o chorinho e o samba. Além disso, os participantes contaram com um coquetel durante o show que possibilitou um momento rico de trocas e interação entre a categoria.

As/Os participantes puderam, ainda, conhecer o espaço literário na Sala do Café; a escultura “Líber”, do professor aposentado José Carlos Vilar, recém-instalada; a escultura Fonte Vúlvica, do professor aposentado Edson de Paula Ferreira, e a exposição “Vida e Poesia do Patativa do Assaré” (1999), do xilógrafo José Lourenço. Tudo isso na sede da Adufes, em Goiabeiras.

Roda de Boteco no lançamento do dossiê “A Invenção da Balbúrdia”

No dia 15 de setembro será lançada a versão impressa do dossiê “A invenção da balbúrdia: dossiê sobre as intervenções de Bolsonaro nas Instituições Federais de Ensino Superior”, na sede da Adufes, no campus de Goiabeiras. O evento contará com uma Roda de Boteco.

Organizado pela Adufes, por solicitação do Andes, o livro é assinado pelo professor do Departamento de História da Ufes André Ricardo Pereira; pela presidenta da Adufes, Junia Zaidan, e pela ex-presidenta Ana Carolina Galvão. O documento relata as intervenções na nomeação de reitores/as não eleitos/as pelas comunidades acadêmicas nas universidades e institutos federais, incluindo a Ufes.